

## METODOLOGIAS UTILIZADAS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL

Marcos César Domingos Ferreira <sup>1</sup>  
Bruna da Mota Ferreira Reis Sacramento <sup>2</sup>  
David Wesley Souza Rocha dos Santos <sup>3</sup>  
Thaiane Freitas Carvalho Silva <sup>4</sup>

### RESUMO

Todos os indivíduos têm direitos à educação de qualidade, saúde, conhecimento, ao trabalho, lazer e demais recursos que lhes são necessários ao pleno desenvolvimento e convívio em sociedade como ser humano. Entretanto os Surdos tiveram esses direitos negados, ao longo da história, por serem julgados menos capazes que quaisquer outros indivíduos considerados normais. No campo educacional, várias metodologias foram introduzidas no ensino de surdos no Brasil, entre as quais o Oralismo, a Comunicação Total, o Bilinguismo e a Pedagogia Surda são exemplos. Com base nisso, este estudo busca apresentar as principais metodologias utilizadas na educação de Surdos no Brasil, desde a sua procedência histórica às aplicações efetivas atuais, além de seus assuntos relacionados, como, alguns fatores que contribuíram positivamente para a aplicação dessas metodologias e promover a discussão sobre uma nova didática na educação.

**Palavras-chave:** Educação, Surdos, Pedagogia Surda, Metodologia, Direitos.

### INTRODUÇÃO

É inegável que todos os indivíduos têm direito à educação de qualidade, saúde, conhecimento, trabalho e lazer, recursos esses imprescindíveis para o desenvolvimento pessoal e profissional do mesmo. Entretanto é notório que, a comunidade surda, muitas vezes, têm esses direitos básicos negados, tendo em vista que, a sociedade demonstra através dos tempos um histórico de preconceito, reproduzindo um movimento de exclusão desta, por serem considerados incapazes de efetuar quaisquer atividades cujo os indivíduos considerados “normais” realizariam, e assim sendo excluídos do convívio social, e por consequência, impossibilitados de serem mais atuantes em certas áreas.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação (GESTEC) em Universidade Estadual da Bahia – UNEB, [marcoscesar@ifba.edu.br](mailto:marcoscesar@ifba.edu.br);

<sup>2</sup> Estudante do Curso de Técnico em Mecânica Industrial do Instituto Federal da Bahia - IFBA, [brunamfrs@gmail.com](mailto:brunamfrs@gmail.com);

<sup>3</sup> Estudante do Curso de Técnico em Mecânica Industrial do Instituto Federal da Bahia - IFBA, [david.wesley755@gmail.com](mailto:david.wesley755@gmail.com)

<sup>4</sup> Estudante do Curso de Técnico em Mecânica Industrial do Instituto Federal da Bahia - IFBA, [thaienefcs64@gmail.com](mailto:thaienefcs64@gmail.com);

Tem sido um desafio a inclusão do sujeito Surdo no Brasil, pois essa tem sido negligenciada durante séculos. Conhecer a base histórica sobre a educação do surdo e a criação de leis de inclusão proporcionou muitas mudanças, novos conceitos que a partir de um novo contexto trouxeram, desenvolvimentos acadêmicos e sociais à comunidade surda. No campo educacional, várias metodologias foram introduzidas no ensino de surdos no Brasil: o Oralismo, a Comunicação Total, o Bilinguismo e a Pedagogia Surda.

A presença do aluno Surdo em sala exige que o professor reconheça a precisão da elaboração de novas estratégias e métodos de ensino que sejam adequados à forma de aprendizagem deste aluno. Independente do parecer de discentes com alguma necessidade específica, cabe aos docentes e aos demais profissionais da educação criar condições para que este espaço promova transformações e avanços, a fim de dar continuidade a um dos objetivos da escola: ser um espaço que promova a inclusão social de qualquer indivíduo.

Segundo o Decreto 5.626/2005 que regulamenta a Lei 10.436/2002 no Capítulo I Art. 2º, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. O Brasil a reconhece tal linguagem, como meio legal de comunicação e expressão, e também dispõe que o sistema educacional federal e sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação.

A LIBRAS permite que as tarefas realizadas pelos estudantes Surdos sejam socialmente mediadas e constituídas, propiciando noção das representações sociais, através do reconhecimento das relações pensamento/linguagem/construção de conteúdo acadêmico, que garante aos estudantes Surdos o acompanhamento por intérpretes que se comunicam por meio dessa língua, durante as aulas, monitorias e afins. Isso é essencial para o entendimento desses aprendizes nas atividades ministradas, já que a LIBRAS é o mecanismo mais utilizado por eles para a comunicação e compreensão dos conteúdos abordados.

Portanto, os alunos Surdos aprendem de formas diferentes e se faz necessária uma metodologia que atinja esta forma visual de comunicação que também esteja ligada a esta cultura. Com base nisso, este estudo busca apresentar os principais métodos utilizados na educação de Surdos no Brasil, desde a sua procedência histórica até as aplicações efetivas atuais, além de seus assuntos relacionados, como, alguns fatores que contribuíram positivamente para a aplicação dessas estruturas de ensinamento.

A finalidade é discutir uma metodologia mais adequados para a Educação de Surdos. Também é claro que esta pesquisa, como se apresenta, não busca, lamentavelmente definir ou sequer indicar melhor metodologia a ser utilizada para a educação de Surdos no Brasil nos dias atuais, a parte mais importante é uma flexibilização do sistema profissional e uma adaptação pedagógica para estudante com essa deficiência que poderá gerar alterações nas formas de ensino, metodologias adequadas e avaliações que condizem com as necessidades do aluno.

## **METODOLOGIA**

O presente artigo é uma pesquisa de caráter teórico, tem como objetivo analisar e investigar, o processo de construção dos procedimentos metodológicos utilizados para a Educação de Surdos no Brasil. Observar as práticas, estratégias metodológicas dos professores no planejamento das aulas para obter um panorama do ensino atual e o processo de construção dos métodos utilizados para a Educação de Surdos de um curso Técnico e Tecnológico de uma escola pública de Salvador. Em suplemento ao conteúdo desta pesquisa, pretende-se salientar os métodos mais adequados para o ensino-aprendizagem de surdos, uma inovação didática na educação profissional e uma adaptação de currículo, com alterações nas formas de ensino, metodologias adequadas e avaliação condizente com as necessidades do aluno.

## **DESENVOLVIMENTO**

De acordo com Goldfeld (2002), Moura (2000), Sacks (1989), dentre outros estudiosos, os primeiros educadores de Surdos surgiram na Europa, no século XVI, criando diferentes metodologias de ensino. Alguns utilizavam a língua oral auditiva, língua de sinais, datilologia (alfabeto manual) e outros códigos visuais, podendo ou não associar esses diferentes meios de comunicação.

A Educação do Surdo no Brasil foi constituída historicamente por teorias, filosofias, políticas e ideologias. Diversos personagens fizeram parte dessa história que até hoje traz consequências para a vida do surdo. Neste contexto histórico da Educação, desde a antiguidade até a idade contemporânea, que perpassa os dias atuais, os indivíduos surdos vêm buscando práticas que dialogassem com os comprederes dela.

O sistema de aprendizagem para surdos tem uma trajetória longa, porém, por bastante tempo ignorada, o início dos debates da educação para os mesmos teve início no Brasil em 1856

pelo conde francês Hernet Huet, que era surdo, trazido ao Brasil pelo imperador D. Pedro II. Em 1857, no Rio de Janeiro, Dom Pedro II fundou a primeira instituição de ensino para surdos brasileira, o então Imperial Instituto de Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Diversos fatores da história nacional fizeram com que, a despeito dos esforços realizados no período Imperial, os surdos fossem convenientemente “esquecidos” pela sociedade e movimentos significativos por sua inclusão surgiram apenas no final do século passado. Seguindo o movimento internacional pela inclusão de pessoas com quaisquer tipos de deficiências à sociedade, o Brasil determinou em 1996, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 (LDB), que todas as pessoas consideradas deficientes têm o direito de estudar em escolas regulares, o que incluiu o grupo de estudantes surdos, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), afirma que é dever dos professores zelar pela aprendizagem dos alunos com deficiência e promover a inclusão .

No entanto, os professores, principalmente, têm encontrado dificuldades na comunicação e desafios ao trabalhar os conteúdos com estes alunos, sobretudo, nas áreas exatas e científicas no ensino técnico e tecnológico que dificulta a construção de seus saberes, conhecimentos e práticas devido aos padrões estabelecidos pela sociedade educacional como verdade única.

Dessa forma, apresentamos as principais metodologias que vigoram na Educação de Surdos destacando-se aquelas que são utilizadas atualmente em várias instituições brasileiras.

### **ORALISMO**

De acordo com alguns depoimentos, este método, limita as possibilidades de expressão e compreensão da linguagem. Os surdos oralistas falavam mal e eram pouco compreendidos, principalmente fora do seu círculo familiar. Mesmo com uma fala conquistada com bastante esforço, eles não alcançavam a “normalização” e continuavam sendo marcados pela deficiência. Isso de certa forma, provoca uma discriminação e uma exclusão por parte da sociedade que não os compreende. Muitas vezes ao insistir na oralização, deixa de se aproveitar a riqueza comunicativa expressa pelos sinais e gestos, induzindo a pessoa surda a se fechar, se calar.

Durante a pesquisa tivemos acesso ao seguinte depoimento:

“Aos sete anos, eu falava, mas sem saber o que dizia. Com os sinais (...) tive acesso a informações importantes: os conceitos, a reflexão; a escrita tornou-se mais simples, e a leitura também. (...) Posso reconhecer a cara de uma palavra! E desenhá-la no espaço! E escrevê-la! E pronunciá-la! E ser bilíngue!” (Emanuelle Laborit, 1994)

Depois desta leitura é possível perceber que através da aproximação com outros surdos e da aprendizagem da língua de sinais a pessoa surda pode conquistar sua identidade como pessoa não ouvinte e passar a adotar um pensamento positivo frente a sua posição. e assim fazer escolhas para sua vida afetiva, profissional, social e expandir suas relações para a convivência com ouvintes e surdos, sem dependências e de acordo com suas próprias opções.

### **COMUNICAÇÃO TOTAL**

A preocupação da Comunicação Total são os processos comunicativos entre surdos e surdos e entre surdos e ouvintes. Preocupa-se também com a aprendizagem da língua oral pela criança surda e acredita que devemos estimular os aspectos cognitivos, emocionais e sociais para que ocorra o aprendizado da língua oral. Utiliza-se de recursos espaços-visuais como facilitadores da comunicação é vista também como uma filosofia de educação onde o princípio básico é se comunicar. Chegou ao Brasil no final da década de 70.

A Comunicação Total defende a utilização de inúmeros recursos linguísticos, tais como, a língua de sinais; linguagem oral; códigos manuais, entre outros. Todos eles são facilitadores de comunicação com as pessoas surdas, privilegiando a comunicação e a interação entre as línguas (orais e sinalizadas).

#### **A criança é exposta desde cedo à:**

- Linguagem moral;
- Leitura labial;
- Gestos e alfabeto manual;
- Amplificação sonora;
- Leitura e escrita.

Os profissionais que seguem a Comunicação Total percebem o deficiente auditivo surdo com características diferentes do Oralismo. A Comunicação Total, em oposição ao Oralismo, acredita que somente o aprendizado da língua oral não assegura pleno desenvolvimento da criança. Dessa forma, o surdo não é visto apenas como portador de uma doença de ordem médica, que poderia ser eliminada, considerada a surdez como uma marca que compromete suas relações sociais e seu desenvolvimento afetivo e cognitivo.

A Comunicação Total valoriza a comunicação e a interação, e não apenas a língua; seu objetivo não se restringe ao aprendizado de uma língua. Outro aspecto bem interessante nesta filosofia é que a família é respeitada e valorizada, além de mostrar o papel da família na hora de compartilhar valores e significados, defende a utilização de qualquer recurso

linguístico, seja a língua de sinais, a linguagem oral ou códigos manuais, para facilitar a comunicação com as pessoas.

A ideia é usar aquilo que fornece um vocabulário e um meio de comunicação eficiente. Esta filosofia recomenda o uso destes códigos manuais com a língua oral.

Dentro da filosofia da Comunicação Total não há obrigatoriedade da participação de adultos surdos na educação da criança com deficiência auditiva.

O foco do trabalho não está centrado nos processos de aquisição da linguagem, mas no funcionamento da linguagem, apoiada pelos pressupostos da Teoria da Comunicação. Esta filosofia pretende que o deficiente auditivo seja aceito de forma que não haja discriminação por ser uma criança surda e não dominar a oralidade. No entanto, há certa resistência, pois a oralidade continua a ser o objetivo principal de trabalho em muitas sessões de terapia, pois a visão de muitos profissionais, pais e educadores seguem uma instituição maior, que é quem estabelece as regras e formas de trabalho.

Apesar das políticas públicas estarem investindo e estabelecendo modelos que valorizem o surdo na sua totalidade, mas ainda pode se afirmar que é muito pouco. Partindo deste pressuposto, dentro da Comunicação Total surge o Bimodalismo ou Bilinguismo.

### **BILINGUISMO**

O Bilinguismo tem como pressuposto básico que o surdo deve ser Bilíngue, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como Segunda língua, a língua oficial de seu país (...) os autores ligados ao Bilinguismo percebem o surdo de forma bastante diferente dos autores oralistas e da Comunicação Total. Para os bilinguistas, o surdo não precisa almejar uma vida semelhante ao ouvinte, podendo assumir sua surdez. (GOLDFELD, 1997).

### **PEDAGOGIA SURDA**

Por outro lado, a pedagogia surda requer a presença do professor surdo na instituição. Essa metodologia defende que a criança surda deve ter aulas ministradas em Libras por professores surdos desde a educação infantil. Mas o ideal é que as crianças surdas, filhas de pais ouvintes, sejam inseridas na escola bilíngue, assim que diagnosticada a surdez. O contato com outros surdos, desde a mais tenra idade, fará com que a criança adquira a língua de sinais. Assim, quando ela atingir a idade de ingresso à educação básica (no nível de alfabetização), já estará se comunicando, naturalmente, por meio da sua língua, a Libras, e só precisará aprender

os conteúdos que serão explicados também por meio da Libras, assim como ocorre com as crianças ouvintes.

A pedagogia surda é a metodologia desejada pela comunidade surda, visto que as lutas existentes giram em torno da constituição da subjetividade do jeito surdo de ser, ou seja, da construção de sua verdadeira identidade e consagração de sua cultura, a qual só poderá ocorrer no encontro com seus pares. Ela surge com a finalidade de mostrar um novo caminho para a educação do surdo, pois é uma metodologia que atende de uma maneira satisfatória as especificidades do surdo, de forma a considerar todos os aspectos culturais desse sujeito.

Segundo Marianne Rossi Stumpf “[...] no Brasil, por meio da Pedagogia Surda, pensa-se em fazer o melhor colocando a criança desde sempre para conviver com a cultura surda” (Stumpf, 2008, p. 20). Assim, a presença de um professor surdo, na vida escolar da criança surda, torna-se extremamente importante, pois ela terá um modelo a seguir, e não crescerá um sujeito frustrado, tentando seguir o modelo do ouvinte. Dessa forma, a dupla formada por professor bilíngue ouvinte e professor surdo, convivendo no mesmo espaço, fará com que os alunos surdos se desenvolvam em todos os aspectos, tornando-se sujeitos escolarizados, críticos, políticos e, acima de tudo, inseridos na sociedade, assegurando-lhes o seu direito de inclusão social, tal como previsto pelas políticas públicas

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

É pela história que surgem as informações, trazendo as discussões educacionais das diferentes metodologias. Nesta questão é possível observar que o centro das disputas está ligado à língua, ou seja, se os surdos deveriam desenvolver a aprendizagem através da língua de sinais ou da língua oral, todavia, algumas filosofias educacionais em relação à Educação de Surdos.

Assim como, é lei que pessoas surdas ou com deficiência auditiva tenham acesso à educação e inclusão social (Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 e o Decreto Federal no 5.626 de 22 de dezembro de 2005, existe a Lei nº 8.112 de 11 de Dezembro de 1990, que determina a reserva de 20% das vagas em concursos públicos, e a Lei nº 8.213/91 (Lei de Cotas) que obriga empresas com 100 ou mais funcionários a reserva de 2% a 5% das vagas para pessoas com deficiência. Apesar disso, muitas empresas contrariam as imposições legais e não contratam o surdo, segundo informações do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência Física (Conade), alegando baixa escolaridade, falta de capacitação profissional, problemas de adaptação ao ambiente e dificuldade de comunicação com ouvintes.

Dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 9,7 milhões de pessoas têm deficiência auditiva, cerca de 2,2 milhões apresentam deficiência auditiva severa, e dentre estes, 344,2 mil são surdos. Números do Censo Escolar de 2016 registram que o Brasil possui, na educação básica, 21.987 estudantes surdos e 32.121 com deficiência auditiva, no ensino superior os dados caem para 7 mil alunos no total. Fica explícito a dificuldade de especialização e de formação adequada, aumentando os obstáculos no mercado trabalhista, e não por falta de interesse ou motivação da comunidade surda, mas pela evidente deficiência de sinais próprios para elementos, simbologia e linguagem técnica.

Contudo, as metodologias aplicadas à educação não podem de maneira instantânea solucionar os problemas do cotidiano escolar, pois ela, por sua natureza é um processo de construção.

Observando essa realidade nota-se a necessidade do processo de construção dos procedimentos metodológicos mais eficientes a serem utilizados para a Educação de Surdos.

Diante disso surge, com intuito de melhoria e adaptação de currículos, a proposta de desenvolver, através de pesquisas e estudos, uma plataforma digital que ofereça sinalários de linguagem técnica em LIBRAS com novos sinais, desenvolvido por profissionais. De acordo com a necessidade do solicitante, que implica na diminuição da dificuldade dos empregados, gerada pela necessidade de soletrar termos complexos, usando a datilografia e auxiliando empregadores, promovendo maior eficiência, nos quesitos: otimização de tempo, viabilização do ingresso de deficientes auditivos em diferentes ofícios e adaptação ao ambiente de trabalho e comunicação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Durante a pesquisa foi apresentado um panorama geral das metodologias, atuais, utilizadas na educação dos Surdos no Brasil e exposto no que consiste cada uma delas; o oralismo, comunicação total, bilinguismo e pedagogia surda, desta forma chegamos à conclusão de que de certa forma as instituições de ensino desconhecem os procedimentos técnicos para a inclusão estudantes Surdos no mundo acadêmico, entretanto, é fundamental que estes sejam capacitados, qualificados e ensinados pelas organizações a como se posicionar diante esses alunos, que inegavelmente precisam de mais atenção, e se comprometam com o avanço desses discentes dentro do ambiente escolar.



A inclusão leva o reconhecimento da LIBRAS como primeira língua da comunidade de surdos, foi criada devido à luta pela conquista de direitos dos surdos no âmbito escolar, profissional e da sociedade em geral. Assim, baseada no levantamento bibliográfico e nos objetivos propostos, foi possível perceber que esta lei é de grande importância, pois traz parâmetros para o desenvolvimento no processo de aprendizagem do sujeito surdo.

Partindo do pressuposto de que na educação não existem fronteiras nem discriminação, esse artigo tomou como base o compromisso que os professores precisam ter com a educação de todos e, interesse na inclusão destes alunos surdos nas classes que tem, majoritariamente, estudantes ouvintes a pensar e produzir diferentes possibilidades de educação, enquanto modificadora de saberes e conhecimento. Professor este, que tenha a capacidade em transformar e processar a informação em conhecimento e esta relação existente seja a melhor opção na atualidade.

Logo, se faz necessário perpetuar o debate acerca das contradições entre as teorias e as práticas realizadas nas escolas, tal como apontado neste estudo e, com isso, trabalhar em prol de práticas pedagógicas consistentes para a construção de escolas que saibam dialogar com os surdos e, com isso, estes possam atuar como protagonistas de seu processo de escolarização e vida social.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. *Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS*. Brasília, LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002.

BRASIL. *Código civil brasileiro e legislação correlata*. – 2ª edição – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

BRASIL. *Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência*, 2007.

DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009. *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA)

FRIAS, E. M. A. *Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: contribuições ao professor do Ensino Regular*. Paranaíba - PR, 2008/2009.

GATTI, BERNARDETE A. *A Pesquisa em Educação: Pontuando algumas questões metodológicas* – FCC / PUC - SP. 2002

GOLDFELD, M. *A criança surda: Linguagem e Cognição numa perspectiva sociointeracionista*, São Paulo: 2ª Edição. Pexus, 1997.

LDB: *Lei de diretrizes e bases da educação nacional*. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

Lei nº 13.146 - *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com*

*Deficiência* (Estatuto da Pessoa com Deficiência) de 6 de Julho de 2015.

MACHADO, Paulo César. *A política educacional de integração/inclusão: Um Olhar do Egresso Surdo*. Florianópolis, SC: Ed. UFSC, 2008.

MOURA, Maria Cecília de: *O Surdo: caminhos para uma nova identidade*. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

PELLANDA, C. *Possibilidade de inclusão no sistema público de ensino*. In: PAROLIN, I. *Aprender a incluir e incluindo para aprender*. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2006.

PERLIN, Gladis Teresinha Taschetto; STROBEL, Karin. *Fundamentos da Educação de Surdos*. Florianópolis, SC: UFSC, 2008.

<http://portal.ifba.edu.br/paulo-afonso/anexos-documentos/documentos-institucionais/documentos-gerais-1/nivel-medio-normas-academicas-cursos-tecnicos.pdf>.

Acessado em: 04/06/2019.

SACKS, Oliver. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos* (Laura Teixeira Motta, trad.). São Paulo: SP: Schwarcz, 1989.

SCHMITT, Rafael Eduardo. *Algumas palavras sobre os métodos quantitativos de pesquisa*. Revista Educação por Escrito – PUCRS, v. 1, n. 2, dez. 2010.

STREIECHEN, E.M. *Pedagogia surda e bilinguismo: pontos e contrapontos na perspectiva de uma educação inclusiva*, 2016.

STUMPF, M.R. *Transcrições de Língua de Sinais Brasileira em SignWriting*. In: III Congresso Ibero-Americano de Informática na Educação Especial; Fortaleza, 2002. Anais

ZIBAS, D.; FRANCO, M. L. P. B. *O Ensino médio no Brasil neste final de século: uma análise de indicadores*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1999. (Textos FCC, n.18).